vinetur

Senadores apresentam projeto bipartidário para travar restrição federal prevista para 11 de dezembro às bebidas de cânhamo com THC

A proposta preservaria a maioria dos produtos derivados do cânhamo, com idade mínima nacional de compra de 21 anos e supervisão da FDA

quinta-feira, 19 de novembro de 2026



Um projeto de lei bipartidário apresentado no Senado na terça-feira, 17 de novembro, procura travar uma restrição federal prevista para 11 de dezembro que, segundo muitas empresas do setor do cânhamo, retiraria efetivamente do mercado a maioria das bebidas, dos produtos comestíveis e de outros produtos semelhantes com THC derivados do cânhamo.

A senadora Amy Klobuchar, democrata do Minnesota, e o senador Tim Sheehy, republicano do Montana, afirmaram que a sua proposta, denominada Hemp Guardrails Act, preservaria o acesso a produtos regulamentados com THC derivados do cânhamo, criando ao mesmo tempo um conjunto nacional de proteções para os consumidores. A iniciativa surge quando as empresas se preparam para uma alteração federal que limitaria a quantidade de THC derivado do cânhamo nos produtos a 0,4 miligramas por embalagem, muito abaixo da quantidade presente em muitos produtos atualmente vendidos legalmente em estados como o Minnesota.

A disputa centra-se numa lacuna criada pela Farm Bill de 2018, que legalizou o cânhamo e, na prática, abriu caminho a produtos intoxicantes feitos a partir desta planta. Seguiu-se um rápido crescimento das bebidas e dos produtos comestíveis com

THC derivado do cânhamo, vendidos fora dos sistemas estaduais de cannabis, nomeadamente em postos de combustível, lojas de conveniência, cervejarias e lojas de bebidas alcoólicas. Em 2025, o Congresso aprovou, e o presidente Donald Trump promulgou, legislação para fechar essa lacuna e estabelecer o novo limite federal, que deverá entrar em vigor a 11 de dezembro.

O projeto de lei proposto no Senado aponta numa direção diferente. Estabeleceria uma idade mínima nacional de 21 anos para a compra de produtos com THC derivados do cânhamo e colocaria os produtos com canabinoides derivados do cânhamo e os suplementos alimentares relacionados sob a supervisão da Administração de Alimentos e Medicamentos dos EUA (FDA). Os apoiantes afirmam que esta abordagem manteria os produtos nas prateleiras e substituiria um mercado fragmentado por regras federais mais claras.

«O Minnesota é um líder nacional no setor do cânhamo, e o nosso estado demonstrou que é possível proteger as crianças e apoiar empresas responsáveis do setor», afirmou Klobuchar num comunicado. A senadora disse que a proibição federal prevista ameaça agricultores, cervejeiros, pequenas empresas e consumidores no Minnesota e em todo o país.

O Minnesota tornou-se um dos exemplos mais claros do que está em causa. A legislação estadual já permite produtos com THC derivados do cânhamo ao abrigo de regras que incluem limites de idade e normas para os produtos, e o mercado expandiu-se para bares, cervejarias e lojas. No entanto, a restrição federal prevista para 11 de dezembro já gerou incerteza. As empresas relataram que estão a reduzir encomendas, a alterar planos e, em alguns casos, a abandonar o mercado enquanto aguardam para ver se Washington vai mudar de rumo.

Para o setor das bebidas, a disputa vai além da regulamentação da cannabis. As bebidas com THC derivado do cânhamo tornaram-se uma aposta de diversificação para algumas cervejarias e distribuidoras, num contexto de abrandamento do consumo de cerveja e de procura de novos produtos por parte das empresas. A categoria também concorre com as bebidas alcoólicas nas mesmas ocasiões sociais e recreativas, pelo que uma ofensiva federal poderá transformar uma parte mais ampla do mercado das

bebidas, caso avance.

Bob Galligan, diretor de relações governamentais e com o setor da Minnesota Craft Brewers Guild, afirmou que trabalhou com os senadores na elaboração do projeto e que o apoia na sua versão atual. Segundo Galligan, a legislação do Minnesota continua a ser mais rigorosa do que o quadro federal proposto no projeto, pelo que as empresas do estado poderiam continuar a operar de forma muito semelhante à atual se a proposta se tornasse lei. A associação representa dezenas de cervejarias que produzem ou vendem bebidas com cânhamo no Minnesota.

Galligan afirmou que os legisladores do Minnesota têm assumido um papel de liderança na defesa da regulamentação, em vez da proibição. Argumentou que a experiência do estado demonstra que é possível vender produtos intoxicantes de cânhamo ao abrigo de regras destinadas a limitar o acesso dos jovens e a estabelecer normas para o mercado. Acrescentou que um inquérito realizado em 2025 junto de produtores concluiu que milhares de postos de trabalho poderiam desaparecer se a proibição federal entrar em vigor.

Mesmo que o Congresso revertesse a restrição federal, Galligan afirmou que alguns dos danos já começaram. Os agricultores tomam decisões de plantação meses antes de os produtos chegarem às prateleiras, e os fabricantes de bebidas precisam de tempo para formular, produzir e distribuir as bebidas. «O prazo não é 11 de dezembro», afirmou. «O prazo foi em maio, quando os agricultores estavam a começar a plantar cânhamo, pelo que haverá um problema na cadeia de abastecimento.»